



POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ
SUPERINTENDÊNCIA DA 3ª RISP
DELEGACIA DO CENTRO DE CASTANHAL



Ofício nº 896 /2019

23 de maio de 2019, Castanhal/PA

À Operadora CLARO
ASSUNTO: REQUISIÇÃO DADOS CADASTRAIS
ILMO (A). SR (A).
GERENTE (A) / DIRETOR (A)

Ref.: Boletim de Ocorrência Policial – n. 00280/2019.100633-4

Assunto: REQUISIÇÃO DE DADOS CADASTRAIS (art. 17-B da Lei 12683/12)

A Polícia Civil do Estado do Pará, através do Delegado de Polícia Civil subscritor, no uso de suas atribuições legais, arrimado no art. 144, §§ 1º e 4º da Constituição Federal, ex vi arts. 3º, 4º, 5º, 6º, todos do Código de Processo Penal, c/c art. 2º, § 2º da Lei 12.830/13, c/c art. 17-B, da Lei 12.683, vem, através deste, **REQUISITAR** de Vossa Senhoria, **no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, o encaminhamento das seguintes informações:**

a) se o(s) IMEI(s) 354472086306035 estiveram vinculados a números pertencentes à operadora no período de 20 de maio de 2019 até a presente data;

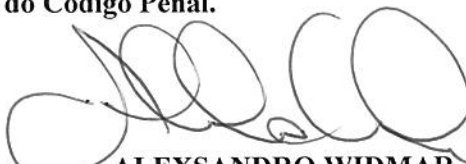
b) em caso positivo, o encaminhamento, em ordem cronológica, de todos os dados cadastrais relativos ao(s) número(s) revelado(s) na resposta do item anterior, em conformidade com o art. nº 13 da Resolução ANATEL nº 447/2007;

Frisa-se que há expediente investigativo para caracterização de prática criminosa onde se objetiva a constituição de autoria e materialidade delitiva mediante coalescimento de informações para complementar a atividade em tela.

Visando maior celeridade das comunicações, as informações devem ser encaminhadas para os seguintes emails: **alexsandro.widmar@policiacivil.pa.gov.br/alewidmar@hotmail.com**, cuja confirmação servirá como comprovação do atendimento a presente requisição.

Possível renitência em cumprir esta requisição poderá gerar responsabilidade penal em face da prática dos crimes de **prevaricação e/ou desobediência** com infração das disposições legais, como bem destacam os arts. 319 e 330, do Código Penal.

Atenciosamente,


ALEXSANDRO WIDMAR
Delegado de Polícia Civil